

Aluno:	<b>Gustavo Magalhaes Mendes de Tarso</b>		
Conveniada:	<b>Brasília 0</b>		
Turma:	<b>MBS02488-MGS-T01</b>		
Disciplina:	<b>Aspectos jurídicos e compliance em Saúde</b>		
Prova:	<b>1ª Chamada - 24/10/2025</b>	Valor da Prova:	7,00
Disponível a partir de:	<b>07/11/2025 (0 dias)</b>	Nota Aluno:	6,00

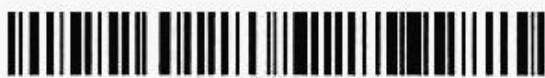
### Comentários das Questões

<b>Questão 1)</b>	Valor: 3,00	Nota: 3,00
<b>Questão 2)</b>	Valor: 4,00	Nota: 3,00 a natureza da responsabilidade civil é objetiva por força do artigo 37 da CF.



1020762500388217529

Aluno:	Gustavo Magalhaes Mendes De Tarso	Documento:	659.984.133-34
Curso:	Mba Executivo em Administração: Gestão De Saú	Turma:	MBS02488-MGS-TU1
Disciplina:	Aspectos jurídicos e compliance em Saúde	Avaliação:	1º Chamada
Professor:	Maria Luisa De Barros Correia	Data:	24/10/2025



2020762500388201100

- 1) Nas respostas das questões, o aluno deverá indicar os artigos das leis que entender que são cabíveis.

Considerando que o hospital privado está recebendo um paciente de oitenta e dois anos, o qual sofreu um acidente doméstico e fraturou um dos braços e uma das pernas e precisa permanecer internado para exames e medicação indicados por seu médico assistente. Pergunta-se :

Indique três diretrizes que o hospital deverá seguir para garantir uma boa assistência ao paciente e comente-as :

(VALOR: 3,00 ponto(s))

O quadro clínico do paciente apresenta lesões graves com risco vital visto de desfecho desfavorável considerando o idade do paciente, com ultíma possibilidade de um quadro de tromboembolismo. Deste modo, os três diretrizes principais devem ser o atendimento diligente da equipe médica, o fornecimento de informações em linguagem compreensível com o padrão socio-cultural do paciente, e a garantia dos direitos do idoso.

O atendimento diligente consiste no atendimento de protocolo, atendimento clínico dentro das possibilidades e garantia dos recursos financeiros e humanos para a retomada. O artigo 1º, inciso III c/c o artigo 5º da CF/88. Toda as ações devem ser registradas no protocolo.

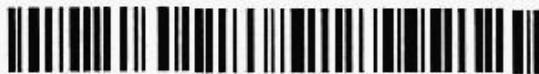
O fornecimento de informações está pontuado principalmente no artigo 6º da Lei 8.078, de 11 de outubro de 1990 especificamente no inciso III relativo para que o usuário tenha opção de escolha.

Por fim, como profissionalizado, tenho direito a um adequadamente informe o artigo 16 da Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003.



1030762500388217529

Aluno:	Gustavo Magalhaes Mendes De Tarso	Documento:	659.984.133-34
Curso:	Mba Executivo em Administração: Gestão De Saú	Turma:	MBS02488-MGS-T01
Disciplina:	Aspectos jurídicos e compliance em Saúde	Avaliação:	1ª Chamada
Professor:	Maria Luisa De Barros Correia	Data:	24/10/2025



2030762500388202100

- 2) Determinada paciente veio a falecer em decorrência da Covid – 19 em janeiro de 2021, durante a crise no abastecimento de oxigênio em Manaus, havendo a família ajuizado ação indenizatória perante a Justiça Federal do Amazonas. A sentença judicial determinou o pagamento no valor de R\$ 1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais) sendo considerado o valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais) para o viúvo e os seis filhos da falecida a serem pagos pela União, governo do Amazonas e a prefeitura da Capital.

**Pergunta-se :**

2.1 – Qual a natureza da responsabilidade civil dos entes públicos e o motivo da condenação imposta na sentença judicial.

2.2 – A justificativa para a decisão ter alcançado a União, o estado e o município e qual o principal efeito para os credores

(VALOR: 1,00 ponto(s))

*A natureza da responsabilidade civil dos entes públicos é objetiva, conforme o artigo 5º, inciso xxxvii c/c o artigo 6º da CF/88, bem do artigo 14 da Lei n. 8078, de 11 de setembro de 1990. O motivo da condenação partiu-se na comprovação do não desempenho das obrigações contratuais entre a instituição do Estado em cumprir o seu dever de proteger a vida. Podemos citar ainda o artigo 196 da CF/88 que comprova o desírio.*



Brasília 0



1040762600368217529

Aluno: Gustavo Magalhaes Mendes De Tarsó  
Curso: Mba Executivo em Administração: Gestão De Saú  
Disciplina: Aspectos jurídicos e compliance em Saúde  
Professor: Maria Luisa De Barros Correia

Documento: 659.984.133-34

Turma: MBS02488-MGS-T01

Avaliação: 1ª Chamada

Data: 24/10/2025

2)



2040762500300202100

A justificativa da derivação tem sido alargada pelo artigo, o artigo e o artigo estão presentes no artigo 198 da CF/88, que expõem integralmente que os recursos de saúde pública integram uma rede regionalizada e hierarquizada, que embora tenham respectivos responsáveis, constituem um sistema único e organizado, com estruturas centralizadas. O principal efeito para os cidadãos é que elas fornecem a indenização pago independente de um dos entes não puder verba para o pagamento, haja vista que todos os esforços correspondem solidariamente.